



OS PRIMÓRDIOS DOS INDICADORES ECONOMICOS E SOCIAIS

SMOLIAK, Fabio da Silva

MAYBUK, Sérgio Luiz

Área: ECONOMIA

Resumo:

O presente artigo teve com o objetivo identificar por meio da história econômica, os embriões dos primeiros indicadores econômicos que pudessem caracterizar países mais desenvolvidos que outros, até que se chegassem aos contemporâneos mais difundidos, ou seja, PIB, PNB, IDH. Nos primórdios ficou constatado que era praticamente não existia nada que caracterizasse desenvolvimento de um em relação ao pouco desenvolvimento do outro, além de que os povos que moravam próximos aos rios e povos que se utilizaram da força dos seus exércitos, constituíram-se por algum período como sendo mais prósperos que outros. As teorias de aumento de produtividade por meio da divisão do trabalho de Smith; a teoria da mais-valia de Marx e a teoria dos agregados econômicos que desembocaram na criação da macroeconomia de Keynes foram fundamentais para que se chegassem aos indicadores econômicos e sociais da atualidade. Recentemente foram surgindo tentativas de indicadores que retratem os aspectos de meio ambiente, sustentabilidade e felicidade.

Palavras-chave: 1. Indicadores econômicos; 2. Riqueza; 3. Indicadores sociais.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de um projeto maior e que será desenvolvido como projeto de iniciação científica intitulada "Indicadores Econômicos e Sociais: Evolução dos conceitos e eficácia de sua aplicabilidade nas políticas públicas", que se propõe a estudar a evolução histórica em métricas usadas para se quantificar crescimento, desenvolvimento, ou seja, um meio comparativo entre Estados, Nações, Civilizações, de se verificar seus avanços.

Dentre os objetivos a serem alcançados estão: identificar os principais indicadores econômicos e/ ou sociais dos primórdios aos contemporâneos; investigar como é feita a metodologia para a quantificação dos indicadores; identificar a distinção de determinado indicador em relação a outro no que tange a fidelidade dos dados para representar a sociedade; identificar as deficiências de cada indicador estudado, com relação à sua aplicação nas



políticas públicas. O presente artigo pretende cumprir com o primeiro objetivo, centrado na busca histórica, ou seja, identificar indicadores que possam justificar porque um país é ou foi melhor que outro em determinado período.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Identificar indícios de possíveis indicadores econômicos nos primórdios da história é algo que requer uma pesquisa aprofundada de fatos econômicos nestas. BELL (1976) sugere e mostra indícios que as práticas econômicas remontam as histórias bíblicas do antigo testamento, porém, a bíblia não foi escrita com este propósito, e muitos estudiosos não a aceitam, o que resulta em grande parte da falta de dados cientificamente precisos, entretanto, ainda segundo BELL (1976), seria tolice se buscar nos tempos bíblicos explicações, ou analogias a fenômenos econômicos modernos.

Nos períodos antigos, em que não se formaram grandes concentrações humanas, que possam ser chamadas de Civilizações, não poderá servir como início de uma possível comparação do crescimento e desenvolvimento de ferramentas quantitativas no período, pois não estavam devidamente constituídos.

Grandes Civilizações antigas (Mesopotâmica, Egípcia, dentre outras), surgiram e permaneceram assim por períodos maiores ou menores. Fatos importantes contribuíram para o desenvolvimento da humanidade, por exemplo, na antiguidade inventaram a escrita (Mesopotâmia 4000 A.C), e muitos outros objetos e métodos altamente eficazes. Alguns povos também se destacaram segundo SCHMIDT (2005) os sumérios, babilônicos, assírios, caldeus são alguns deles.

Já os Egípcios transformaram as margens do Rio Nilo em uma grande civilização, desenvolveram mecanismos e adaptaram a geografia para o benefício humano, segundo BRAICK e MOTA (1997) com uma economia baseada no trabalho servil e na agricultura irrigada, o Egito tornou-se "uma dádiva do Nilo". Sendo uma cultura baseada no trabalho servil o Egito não se desenvolveu economicamente fora de seus domínios como afirma REZENDE (2007), a economia era orientada no sentido de assegurar a sobrevivência do Faraó e das camadas superiores da sociedade divididos em: família real, sacerdotes, e os funcionários da "máquina administrativa".



O resultado da rígida centralização política e daquela mentalidade foi um sistema econômico altamente estatizado, na qual não havia campo para a iniciativa individual. Desta forma o comércio sempre teve um papel secundário e não chegou ao estágio de uma economia monetária; as técnicas permaneceram primitivas. (JUNIOR & CHACHON p. 26).

Outras civilizações não menos importantes floresceram nesta época, cada uma com sua importância de tamanho e vulto incontestáveis. Dentre as mais desenvolvidas estão segundo SCHMIDT (2005) os fenícios, hebreus, persas, indianos no ocidente, chineses, japoneses no oriente, até que entre fragmentados dados da história se origina uma potência do mundo antigo. Ainda segundo SCHMIDT (2005) do século XII A.C. a VIII A.C. ficou conhecida como idade das trevas já que os historiadores não sabem quase nada a respeito, e é nesse período que formaram os alicerces da civilização grega.

Para BELL (1976) os gregos expandiram-se territorialmente para oeste e para leste da área mediterrânea; os mercadores gregos comerciavam com todas as ilhas vizinhas, a África, a Ásia menor e até com a região ocidental da Itália, foram ainda criadas colônias nas praias do mar Báltico, na França, Espanha, no delta do Nilo, Líbia, transformando a região do Mediterrâneo em um mundo grego. Marcou esta época grandes cidades como Esparta, Atenas. Na seqüência tem-se a ascensão romana, as conquistas de Roma tiveram profunda repercussão na vida rural, dentre as quais se podem destacar as seguintes transformações: formação de vastas propriedades (latifúndio), o aumento do número de escravos capturados em guerras vitoriosas que afluíam para o campo e concorriam com os trabalhadores livres. Além disso, o contato com civilizações em que dominava um sistema agrícola mais desenvolvido provocou uma verdadeira revolução no meio rural, entre outros fatores. (GIORDANI, 1986 p.126).

Ao centralizar em Roma a transferência dos excedentes e dos recursos fiscais de todo mundo, ao unificar sob uma única administração, o Oriente e o Ocidente, ao fazer de Roma e da península itálica um centro de consumo cada vez mais importante, ao assegurar a paz e a segurança dos viajantes e dos meios de transporte, ao abrir as novas províncias às rotas comerciais do mediterrâneo, a conquista romana iria criar condições totalmente novas e intensificando os intercâmbios comerciais de todo tipo. (NICOLET, 1982 p.79).

Neste período o modo mais comum de se quantificar parece ser, tamanho, poder. Desenvolvimento estava no tamanho dos seus territórios, e na ponta da espada dos exércitos que a defendiam, com soldados que viviam e morriam, matavam, conquistavam, sob as leis dos césares.



Durante a idade média ocorreu o regresso econômico, unidades pequenas de pessoas se formaram, os vastos impérios antigos agora estava fragmentado, portanto, não existia um meio para a quantificação de crescimento nem desenvolvimento já que regrediram a pequenos reinos, iniciando uma nova ordem econômica denominada Feudalismo. Para BELL (1976) a Europa regrediu, a uma economia agrícola.

O rompimento entre Idade Média e Idade Moderna se deu em algum ponto do século XV, SCHMIDT (2005) afirma que se pode escolher um marco e afirmar que foi a descoberta da América em 1492. Também houve início no século XV e XVI a uma consolidação dos Estados nacionais criando os contornos modernos dos países como se conhece na atualidade.

Por ora, o presente artigo, pretende se focar nas ferramentas criadas e aperfeiçoadas para a quantificação do crescimento econômico usar-se-á como divisor de águas, o antes e após o ano de 1500. Já que períodos anteriores a 1500 não estavam suficientemente desenvolvidos a ponto de terem um olhar crítico sobre a economia, iniciando uma escola ou leis econômicas.

“O período anterior a 1500 d.C; no entanto, representou uma época muito diferente do período de 1500 até hoje. Havia pouco comércio antes de 1500, e a maioria dos bens era produzida para o consumo na comunidade que os produzia, sem serem enviados primeiro para o mercado. O dinheiro e o crédito não eram, portanto, amplamente utilizados, embora já existissem naquela época. Estados nacionais soberanos e economias nacionais integradas ainda não tinham se desenvolvido completamente, nem tinha sido formada nenhuma escola de pensamento econômico.” (Brue, 2005, p. 2)

Do ponto de vista do estudo econômico, a divisão acima mencionada coincide com o início do mercantilismo. Para Maia (1994), o período mercantilista se inicia em 1500 e vai até 1750; (...) que é uma forma de organização econômica em que o governo decidia mais ou menos tudo; quem poderia produzir, ou comerciar, exportar ou importar o que, tendo em vista exclusivamente o aumento máximo da riqueza e do poder do Estado.

Um dos princípios do mercantilismo foi, segundo Silva (1977), “Balança comercial favorável plenamente justificável, já que para os mercantilistas os metais preciosos – ouro e prata – constituíam a principal riqueza para um país”.

No período do mercantilismo, tem-se um dos primeiros meios de quantificar tanto a riqueza como o desenvolvimento de um Estado. Incorporado a este desejo metalista há também a proteção do mercado, como afirma Rezende (2007), em relação à balança comercial favorável, ideia básica dos mercantilistas era de que o volume das exportações superasse



sempre o das importações, que deveria ser o mais reduzido possível. Ou seja, exportar o máximo e importar o mínimo necessário; e para que tal acontecesse, o caminho mais fácil era a aplicação de uma política protecionista.

Após os mercantilistas, tem-se a escola clássica, para Adam Smith (1723 – 1790), o elemento essencial do aumento dessa riqueza é o trabalho produtivo por meio do aumento de produtividade que depende da intensidade do capital, da tecnologia e da divisão do trabalho, possibilitada pelo aumento da dimensão dos mercados, através da possibilidade de utilizar os excedentes para exportação.

Assim, as teorias que se seguiram somente apontavam os caminhos mais propícios para se chegar ao acúmulo de capital. Adam Smith (1776) defendia que a divisão do trabalho e o acúmulo de capital eram fatores primários para promover o crescimento econômico, o que conduziria ao aumento da riqueza de uma nação. Isto porque, a divisão do trabalho propiciava um aumento na quantidade produzida, ou seja, através da especialização a aumento no acúmulo de capital.

Outro autor clássico, David Ricardo em 1817 na obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, apresenta a importante Teoria das Vantagens Comparativas onde o gerador deste acúmulo é a especialização no produto, em que o país com melhores vantagens em relação aos demais em determinado produto se sobressaía. Para Ricardo (1817) “Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital a atividade que lhe seja mais benéfica; esta busca de vantagem individual se associa ao bem universal do conjunto de países”.

Continuando na busca de um meio de quantificar o crescimento dos países, depois do ultrapassado método da quantidade metálica, surgiu então à riqueza pelo aumento da produtividade do trabalho apresentada por Smith. Essa produtividade pode ser muito mais utilizada, quando se descobriu a infinita possibilidade de exploração do trabalhador, pelos estudos de Karl Marx (1818-1883), antagônico às demais escolas vistas, com nova ideologia, com novos métodos desenvolvem teorias e criou uma ruptura na base teórica e ideológica debatida até hoje.

Para Marx “O valor das mercadorias é determinado pelo valor do trabalho”, ou seja, o verdadeiro modo de obter lucro é no trabalho inserido na cadeia produtiva, somente este gera novo capital. Para o autor marxista contemporâneo Singer (1987) “O trabalho é a única parte



do capital que aumenta de valor, força de trabalho funcionando cria mais valor do que ela custa à classe capitalista". Assim têm-se mais uma vez, que a geração de riqueza é possibilitada pelo acúmulo de capital, só que agora por meio da exploração da mais-valia ou também conhecida como mais-valor.

Depois dos clássicos e de Marx, surgiram teorias que se basearam em modelos matemáticos de contribuição analítica que seguiram uma "matematização" econômica, seguindo debates nos tubos de ensaio da academia, tentando explicar por equações a realidade e leis econômicas, porém sem enfrentar os grandes temas da economia política.

Para se entender o período de 1900 em diante, faz-se necessário dizer que os países enfrentavam grandes diminuições no ritmo de crescimento, foi também o período que ocorrera a primeira guerra mundial em 1914, já em 1929 enfrentou-se a grande crise com seu clímax na quebra da bolsa de valores de Nova Iorque.

A primeira tentativa de se determinar a renda nacional foi feita em 1934, e a meta do governo norte americano foi medir toda a produção econômica que envolvia os americanos, quer eles estivessem nos Estados Unidos quer no estrangeiro. (Zencey, 2009).

Na evolução do pensamento econômico como também com a evolução da sociedade, surge em 1936 com a publicação de *The General Theory of Employment, Interest and Money* de John Maynard Keynes, os alicerces de uma escola importante, ou seja, a escola Keynesiana. Luque (2006) afirma que Keynes foi o fundador da macroeconomia. O sistema de contas nacionais passaria a ser visto como um instrumento de análise econômica que permitiria mensurar a renda nacional, integrar as finanças públicas às demais variáveis macroeconômicas, e elaborar modelos de previsão e planejamento do comportamento dos agregados. (Nunes, 1998)

Formalmente o trabalho em contas nacionais, em seu conceito moderno, inicia-se em 1939, e em 1945 reuniu-se um subcomitê das Nações Unidas para trabalhar sobre memorando preparado por Richard Stone o SCN (sistema de contas nacionais) remontam ao relatório desse subcomitê, publicado em 1947. (Araújo, 2001). Para Pinheiro (1979) o relatório chefiado por Richard Stone começa somente a partir de sua publicação em 1953, pelas Nações Unidas a servir de referencial metodológico, e serve de base para obtenção da soma dos grandes agregados econômicos: do produto, da renda e da despesa nacional.



Um dos primeiros indicadores utilizados para retratar a qualidade de vida de uma determinada população foi o PIB per capita (PIB dividido pela população). (Andrade; Silva; Firmino, 2010). Com o desenrolar da história humana e econômica, o PIB e PNB também foram usados não só como medida de crescimento ou desenvolvimento, mas passaram a designar implicitamente os problemas sociais, culturais e políticos, já que servia de base para a formação de políticas desenvolvimentistas, assim sendo torna-se um índice que retrata a realidade de modo econômico e também social.

Considerando que só a identificação da riqueza da nação per meio do produto interno bruto ou produto nacional bruto não era suficiente, e buscando melhorar um indicador já existente e amplamente utilizado, surge um importante indicador que é o IDH (índice de desenvolvimento humano).

O IDH parte do pressuposto de que para aferir crescimento ou desenvolvimento a uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana. (www.pnud.org.br, 2011). Para Andrade; Silva; Firmino (2010) o IDH foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub Ul Haq a partir de estudos feitos pelo economista indiano Amartya Sen. Esse índice vem sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento – PNUD.

Nas últimas décadas (1990 a 2010) outros índices vêm surgindo para tentar quantificar os avanços dos países, entretanto geram grande polêmica, e englobam inúmeros outros indicadores, os principais estão ligados à sustentabilidade e felicidade do indivíduo inserido na sociedade.

Com a revisão da economia nas últimas décadas, vem sendo discutido a leitura não só econômica, ou tão somente social, mas sim multidimensional da sociedade, incluindo dimensões cultural e ambiental, já que suas relações são muito sensíveis a qualquer alteração de uma dessas dimensões. Indicadores que de fato mereçam esse nome devem incluir as riquezas e a diversidade natural e cultural; os pilares das relações profissionais e pessoais: ética, autoestima, solidariedade e confiança; e fatores que garantam qualidade de vida num sentido mais amplo, como o proposto pela Felicidade Interna Bruta do Butão, (país da Ásia que deu origem ao indicador). Vale lembrar que este índice teve seu conceito idealizado em 1972, e desde então o PNUD ajudou a colocar em prática e ele analisa nove dimensões que



são: bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida (dimensão econômica). (Louette, 2009).

Com os fatos que aceleram os efeitos do clima sobre a produção, habitação e a própria vida do ser humano, vem outra preocupação a de que o indivíduo deve ser socialmente responsável, e com isso advém à responsabilidade do uso de indicadores atrelados aos econômicos que consigam explicar esses movimentos rumo à sustentabilidade. Em 1983 no relatório BRUNDTLAND, da comissão mundial da ONU sobre Meio Ambiente, é reforçado a ideia sobre a necessidade de analisar a dimensão humana no conceito de desenvolvimento sustentável, o consenso é de que devem ser formatados índices ou indicadores que possam quantificar este aspecto já que ele pode determinar crescimento e desenvolvimento sustentável, com preocupação sobre as condições que serão deixadas para as gerações futuras sobreviverem no planeta Terra. Esta preocupação com o meio ambiente e sua vital importância para o verdadeiro crescimento com sustentabilidade foi formatada no Brasil em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, onde 1600 cientistas, entre os quais 102 ganhadores do Premio Nobel, de mais de 70 países aceitaram e concordaram o novo tripé a ser usado para as economias mundiais, sendo a união entre o ambiental, social, e econômico. (Louette, 2009).

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo foram utilizados materiais bibliográficos e artigos que relatassem durante a história econômica, fatos que viessem a contribuir para a descoberta de possíveis embriões, dos primeiros indicadores econômicos que permitissem a comparação entre países, no que se refere à identificação de riqueza de uns e pobreza de outros. Foram apresentados indicadores que surgiram ao longo do tempo, mas não foram abordadas profundamente as deficiências de cada um que propiciaram o surgimento de outros, justamente porque é esta a próxima fase a ser percorrida dentro do projeto de iniciação científica, por meio de outros artigos.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS



No processo de desenvolvimento econômico a história econômica aponta relatos e quantifica processos de evolução, e de modo geral consegue comparar o quão desenvolvido é cada sociedade, dividida e caracterizada como município, Estado, Civilização ou País, se encontra, perante os demais, determinando os avanços ocorridos num determinado período de análise. E desde as primeiras tentativas sociais de se estabelecer, fixar moradias, e se tornarem sedentários a humanidade cria a necessidade de comparar povos, raças, crenças, culturas e grau de desenvolvimento.

Ao iniciar esta busca entra-se no primeiro e controvertido problema, qual deve ser a linha de partida, quando se inicia verdadeiramente na história, meios quantitativos que serviram de métricas para apontar os reais avanços das grandes Civilizações, Cidades, Estados antigos? Não é uma tarefa simples.

No início da pesquisa, talvez a única forma de encontrar indícios de comparativos de riqueza entre localidades, fosse por meio dos relatos bíblicos, mas estes não são considerados científicos.

Para se entender os fatos e conseguir antecipar possível consequência nos dias atuais, que desemboquem nos instrumentais econômicos que medem riqueza e bem estar, será preciso de experiência histórica aplicada aos fatos econômicos, estes são inúmeros e grande parte deles, podem de alguma forma ser considerados como medida de evolução de um país em relação a outro ao longo da história. O que se tem então que pode ser aceita é que, em períodos muito antigos com organizações tribais e nômades, lideradas de forma patriarcal, o ambiente não facilitava o acúmulo de riqueza.

Grandes Civilizações antigas (Mesopotâmica, Egípcia, dentre outras), surgiram e permaneceram assim por muito tempo e assim se pode tentar identificar diferenciais entre elas. Na maior parte se desenvolveram perto de rios, a luta pelo domínio foi constante, e com a ascensão de uma estava à ruína das demais, a riqueza se dava na forma de cobrança de tributos e taxas de passagem. É difícil se chegar a uma possível métrica comparativa, mas parece que se pode afirmar que estabelecer-se próximo aos rios, poderia ser um indicativo de prosperidade.

Os povos egípcios tiveram uma fase de prosperidade, mas não prosperaram porque sua economia era baseada na forma servil e isso não contribuía para a expansão das riquezas. Já quando se refere aos gregos à análise é diferente. Ao contrário das demais civilizações os



gregos, na época antiga, não conquistaram territórios apenas, eles não ficaram ligados economicamente a si mesmos, isto é, em uma economia forte interna, eles ampliaram suas fronteiras territoriais e comerciais, portanto começa a se caracterizar um indicador de desenvolvimento através da expansão territorial e econômica.

Com relação aos povos romanos apesar de terem se constituído grande em certo período da história, sua economia se baseou muito no latifúndio e na utilização de escravos. Tinham poder, mas a riqueza econômica era difícil de multiplicar.

No que se refere à idade média, percebe-se estagnação no que se refere à economia. Esse período parece deixar claro que ser autossuficiente era à maneira para conseguir sobreviver, ter comida, água, proteção. Sendo assim, as forças econômicas regridem até se tornarem ínfimas, foi período de rixas entre senhores feudais, portanto nos propósitos do presente artigo não se chegou a nenhum indício de um primórdio indicador para comparar diferentes feudos senão, mais uma vez a força que exercia cada senhor em seus domínios.

Outro período marcante por volta de 1500 foi o mercantilismo, marcado pelas grandes navegações e descobertas, mas o que prevalecia na época era o acúmulo de metais e o protecionismo. Em períodos mais antigos houve também a ideia de acúmulo de metais, entretanto não desenvolveram mecanismos para alinhar esta política, agora com o desenvolvimento de ideais, concepções econômicas, deduz-se que se trata de um primórdio indicador.

Tem-se neste período como sendo o acúmulo de metais preciosos, fortalecimento de suas defesas como maneira de verificar o crescimento do Estado, entretanto com esta prática o mercantilismo, se tornaria inviável para o crescimento, ou seja, se todos quisessem exportar o máximo, importando o mínimo, o comércio tenderia a anular-se, sem que os países comprassem uns dos outros não haveria meios de aumentar a quantidade de metais preciosos, ou seja, o sistema causando sua própria destruição.

Quando o grande pensador da economia política de vertente no liberalismo econômico, a riqueza se daria pelo aumento de produtividade por meio da divisão do trabalho. Com a ideia de Smith, não se tem um abandono de pensamentos no que tange a medida de crescimento e desempenho econômico, somente cria-se novos meios para se chegar ao acúmulo, agora não de metais, mas no acúmulo de capital através do comércio internacional sem protecionismo de "mão dupla".



Davi Ricardo, outro pensador clássico aperfeiçoa a idéia de Smith, com a teoria das vantagens comparativas que orientava os países a se especializarem naquilo que fossem melhores.

Através do uso da vantagem comparativa o país tenderia a se especializar a um produto para exportação, gerando mais excedentes, mais riqueza a qual pagaria a importação de outro bem que necessitasse e ainda lhe restaria reservas. Com o incremento das teorias de aumento da produtividade de Smith e vantagens comparativas de Ricardo, percebe-se que a geração de riqueza dos países, teria que surgir não mais da força das armas ou das aventuras nos mares, mas com uma grande dose de inteligência e capacidade maior de extração do trabalho humano. E quem se utiliza mais das referidas teorias poderiam ser comparadas a outros países como mais desenvolvidos, constituindo-se assim um indicador econômico.

Karl Marx quando fez sua crítica ferrenha ao sistema capitalista, que expropriava os trabalhadores criou uma teoria importantíssima e atualíssima que é mais-valia ou mais valor. Todas as empresas nos seus respectivos países, quando perceberam a capacidade infinita de explorar os trabalhadores por meio do aumento constante de produtividade. Neste período não foi elaborado um modelo para quantificar o crescimento, portanto, outra possível comparação entre os países não existia, senão a quantidade de capital ou ouro que cada um detinha. Porém, com o aumento da produtividade do trabalho e como consequência aumento da riqueza dos países que melhor utilizavam esta produtividade, o mundo capitalista e sua geração infindável de mercadorias e serviços, indicava que era preciso indicadores para acompanhar o crescimento e desenvolvimento destes.

A partir de 1900, muitos fatos ocorreram e todos eles levados por problemas econômicos, inclusive a primeira guerra mundial, mas o destaque foi a grande crise de 1929. Esta turbulência, aliada a incertezas com relação ao futuro, fez com que o mundo gerasse necessidade de explicações econômicas, sociais, políticas, religiosas, foi em meio a este "turbilhão" de acontecimentos que surgem as primeiras tentativas de se medir realmente os agregados econômicos.

Começaram a partir de então a tentar criar algum medidor econômico para acompanhar a "saúde" econômica e financeira dos países. Em 1934 os Estados Unidos da América, tinham como meta tentar calcular a produção total do país. Tem-se neste momento, a pré-criação do que mais tarde passará a ser conhecido como PNB (produto nacional bruto), e o PIB (produto interno bruto).



O grande teórico intervencionista criador da macroeconomia Keynes, começou a preocupar-se com a soma dos grandes agregados econômicos. Antes de Keynes já se tinha a preocupação em analisar o desempenho da economia no seu agregado, porém Keynes mostrou que a economia capitalista clássica pelo viés liberal não intervencionista não tinha a capacidade de promover o pleno emprego, abrindo espaço para a intervenção governamental orientando sua política econômica, rumo ao pleno emprego.

Mais tarde começa a surgir o sistema nacional de contas para calcular produto, renda e contas nacionais. A partir deste ponto o PNB e o PIB, ganham importante espaço na política econômica, já que se tornam as medidas adotadas pelos países para determinar a soma do que se produz dentro das fronteiras geográficas dos mesmos (PIB), e/ou pelo que é produzido pelas empresas do país dentro ou fora dos seus limites geográficos (PNB), por um período de tempo. Tem-se neste ponto o surgimento do mais relevante indicador de crescimento e desenvolvimento de um país, amplamente usado, como indicador que norteia as políticas públicas.

Mais recentemente para tentar corrigir os indicadores de PIB e PNB que não atestam qualidade de vida, surge um indicador importante, ou seja, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. O conceito do IDH é base do Relatório do Desenvolvimento Humano, que parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população, não se deve apenas considerar a dimensão econômica, mas também, outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana.

A partir da criação do IDH, a preocupação passou a ser também com o meio ambiente e a sustentabilidade e com um aspecto que parece ser utópico ou filosófico, mas que parece ter todo o sentido, são os indicadores de felicidade que muito além de apenas de bens e serviços de qualidade à disposição. Surgiram assim uma infinidade de tentativas tais como: Posteriormente surgiram outros indicadores como, por exemplo: os Princípios de Bellagio, PNUD, BIP40, Balanço Contábil das Nações, BS, Calvert Henderson, DNA Brasil, Dashboard of Sustainability, Ecological Footprint, Environmental Performance Index, Environmental Sustainability Index, Environmental Vulnerability Index, Genuine Progress Indicator, GSI - World Bank's Genuine Saving Indicator, HPI - Happy Planet Index, - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável IBGE, Index of Economic Well-being, Índice Paulista de RS, Index of Sustainable Economic Welfare, ISH - Index Social Health, Living



Planet Index, Responsible Competitiveness Index, Social Footprint, The Well-being of Nations, dentre outros não muito desenvolvidos ainda.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa desenvolvida para se tentar encontrar os embriões dos indicadores econômicos e sociais da atualidade nos leva a considerar algumas conclusões. A primeira delas é que em determinado período da história estabelecer-se próximo aos rios era um sinal de prosperidade, mas os que se desenvolveram mais foram os que nestes locais expandiram suas produções externamente. Outra conclusão foi a de que em os países que se utilizaram da força por meio de seus exércitos expandiram-se conquistando territórios. Pode-se concluir também que baseado em Smith com o aumento da produtividade e divisão do trabalho, com a ajuda do comércio internacional e posteriormente com a ampliação da exploração do trabalhador detectada pela teoria da mais-valia de Marx pôde identificar avanços nos países que utilizaram de tais "receitas". Contemporaneamente, as contribuições de Keynes foram fundamentais para a criação dos indicadores mais difundidos PIB e PNB e a incapacidade destes de abarcarem todos os aspectos de avanços nos países e seus habitantes, foi fundamental, para criação do IDH e outros semelhantes.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ARAÚJO, Márcio Silva. Evolução e definição das contas financeiras no âmbito do sistema de contas nacionais. Departamento de estudos e pesquisas do Banco Central do Brasil, 2001.

BELL, John Fred. História do Pensamento Econômico, 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BRUE, Stanley L. História do pensamento econômico. 6. Ed. São Paulo: Thomson, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1983.

FEIJÓ, Ricardo. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Atlas, 2001.



GIANNOTTI, José A. Os pensadores. MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos: e outros textos escolhidos. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GIORDANI, Mario C. Antiguidade clássica II: História de Roma. Petrópolis: Vozes, 1968.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GREMAUD, Amaury P. [et al]. Manual de economia: equipe de professores da USP. Organizadores: PINHO, Diva B. & VASCONCELLOS, Marco A. S. de. 5. Ed. São Paulo, 2006.

JUNIOR, Hilário Franco; CHACON, Paulo Pan. História Econômica Geral. São Paulo: Atlas, 1989.

KERLINGER, Fred Nichols. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1980.

LIMA, Silvana & Puerta, Eliane G. L. História: concursos e vestibulares. São Paulo: DCL, 2001.

LOUETTE, Anne. Indicadores de nações: uma contribuição ao dialogo da sustentabilidade de gestão do conhecimento. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2009.

MAIA, J. de M. Economia internacional e comércio internacional. São Paulo: Atlas, 1994.

MOTA, Myriam Becho. História das Cavernas ao Terceiro Milênio. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

NICOLET, Claude. Roma y la conquista del mundo mediterráneo: 264-27 a. De J.C.Barcelona: Labor, 1982.

NUNES, Eduardo Pereira. Sistema de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil. Tese de doutoramento apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

PINHEIRO, Antônio Florêncio de Lima. Elementos da Macroeconomia e Contabilidade Nacional. 4. Ed. São Paulo: Nobel S.A, 1979.

PNUD. Índice de desenvolvimento humano. Acessado em 05/05/2011 às 21h35min. No endereço eletrônico: <http://www.pnud.org.br/idh>.

REZENDE, Cyro. História econômica geral. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. Tradução: SANDRONI, P. H. R. São Paulo: Nova Cultural, 1996.



VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam



RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, D. R. Dicionário da língua portuguesa. 1. Ed. São Paulo: DCL, 1999.

ROSSETTI, José Paschoal. Política e programação econômica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1981.

SILVA, Aristides. Economia internacional: uma introdução. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 1977.

SINGER, Paul. O capitalismo: sua evolução lógica e sua dinâmica. 19. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

ZENCEY, Eric. Editorial no jornal New York Times. Em 10 de agosto de 2009.